Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PEC dos Precatórios aprovada em 1º turno . . . 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA
Moro chega a Brasília para tratar sobre 2022 e já vê impasse com o PSL . . . 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
PEC deve ser considerada inconstitucional, mas decisão pode levar anos . . . 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Ata mostra que comitê do BC avaliou subir Selic acima de 1,5 ponto percentual . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Anatel prevê maior disputa por licenças do 4G no leilão do 5G . . . 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Precatórios, um falso problema (Artigo) . . . 13

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Com fila de 1,8 mi de pedidos, INSS prevê normalização em janeiro . . . 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Pressão com calendário . . . 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Relator vai propor apenas a correção da tabela do IR . . . 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL
Home office e tributação previdenciária - OPINIÃO JURÍDICA . . . 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Energia mais cara encolhe o PIB . . . 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
BC sinaliza juro acima de 10% . . . 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Fed fará corte US$ 15 bi . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Govemistas fazem concessão a governadores na PEC dos Precatórios . . . 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Expectativa com precatórios traz alívio a mercado . . . 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Ata adota tom mais duro e reforça viés altista em projeções para a taxa 26

PEC dos Precatórios aprovada em 1º turno

Por 312 votos a 144, a Câmara aprovou, no início da madrugada de hoje, em primeiro turno, o texto-base da PEC dos Precatórios, a principal aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R$ 400. Após a aprovação, os deputados passarão a analisar os destaques, o que deve ocorrer ainda hoje ou na próxima terça-feira.

Conforme estimativas iniciais, a PEC abre um espaço de R$ 91,6 bilhões no Orçamento, mas esse valor ainda depende da **inflação** que será fechada no fim do ano. Por prever uma alteração constitucional, a proposta, para ser aprovada na Câmara, precisa ser apreciada em dois turnos e receber os votos favoráveis de pelo menos 308 deputados - o equivalente a três quintos do total de 513 parlamentares da Casa. Em caso de aprovação, o texto seguirá para o Senado, para ser votado também em dois turnos. O Auxílio Brasil foi lançado pelo governo em substituição ao Bolsa Família e é visto pelo Planalto como uma bandeira social capaz de recuperar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro, a pouco menos de um ano das eleições de 2022. A ideia é que os pagamentos do novo programa comecem neste mês, após os últimos depósitos do auxílio emergencial, feitos em outubro. A PEC traz dispositivos que aliviam o peso dos R$ 89,1 bilhões que devem ser pagos, em 2022, na forma de precatórios, que são dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e contra as quais não cabem mais recursos - em 2021, esses débitos somam R$ 54,7 bilhões.

Para 2022, o substitutivo do relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), limita o pagamento de precatórios ao valor pago em 2016 (R$ 30,3 bilhões), reajustado pelo IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo). A estimativa é que esse limite seja de quase R$ 40 bilhões no ano que vem. Ainda conforme a proposta, o restante da dívida de R$ 89,1 bilhões seria honrado nos anos seguintes, com reajuste pela taxa Selic, acumulada mensalmente. Ficará fora dos limites previstos na PEC o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, de até R$ 600 mil, que terão prioridade para serem pagos.A tramitação da PEC dos Precatórios é cercada de polêmicas. Além de adiar o pagamento de dívidas judiciais irrecorríveis, a proposta muda o teto de gastos - regra constitucional que limita o aumento das despesas públicas à **inflação**. Essa alteração levou quatro secretários da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, a se demitirem dos cargos, em meio a uma forte volatilidade no mercado financeiro.Atualmente, o teto de gastos leva em consideração a variação do IPCA - índice oficial de **inflação** calculado pelo IBGE - para um período de 12 meses encerrado em junho, ou seja, para 2022, o valor do teto já foi calculado. Já as principais despesas do Orçamento (aposentadorias, abonos e seguro-desemprego), ainda conforme as regras atuais, são calculadas pelo ano fechado (janeiro a dezembro). A intenção da PEC é unificar o momento de atualização e corrigir o teto de gastos no fim do ano, com as demais despesas, ou seja, calcular a **inflação** entre janeiro e dezembro para o teto, assim como para o restante do Orçamento. Para 2022, essa fórmula poderia dar uma folga fiscal, já que a **inflação** cresceu nos últimos meses.

As alterações no teto de gastos passaram a ser cogitadas depois que pressões da ala política do governo levaram Guedes a aumentar o valor do Auxílio Brasil, dos R$ 300 anteriormente previstos para R$ 400. O acréscimo de R$ 100, segundo ficou definido, é provisório e valerá até dezembro de 2022. Para a oposição, trata-se de uma manobra eleitoreira, com vistas à disputa presidencial do ano que vem.

Acordo

Durante a sessão, Lira relatou ter conversado pessoalmente com os governadores da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, com os quais, segundo ele, firmou um acordo para viabilizar a aprovação da PEC. Esses três estados do Nordeste são os maiores credores de precatórios relacionados a transferências para a área de educação que poderiam ser afetadas pela proposta. Segundo ficou acertado, o parecer do relator atenderia às demandas de priorizar o pagamento das dívidas judiciais relacionadas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O acordo em questão permitiu que, em vez de ter os precatórios divididos em 10 anos, os professores recebam 40% em 2022 e o restante em duas parcelas de 30% nos anos seguintes. Em outro esforço para conseguir os 308 votos necessários à aprovação da PEC, a Mesa Diretora da Câmara editou, horas antes da sessão, um ato para autorizar que deputados que estejam em viagem - em "missão autorizada pela Câmara" - participem a distância das votações em plenário. Essa permissão foi publicada ontem, em edição extra do Diário Oficial da Câmara. A medida permitiu que deputados da comitiva enviada à COP26 em Glasgow, na Escócia, participassem da votação. Para a oposição, o ato da Câmara é casuístico, já que, conforme o regimento interno da Casa, deputados em missão oficial no exterior ficam automaticamente licenciados da obrigação de participar das sessões.

O deputado Arthur Lira, em resposta às críticas ao conteúdo da PEC, afirmou que, se o Senado tivesse feito sua parte, não haveria tamanha pressão sobre a proposta. Ele pontuou que a reforma do IR era essencial para bancar o Auxílio Brasil em caráter permanente e que, por falta de avanço do tema entre os senadores, os deputados estão sendo obrigados a "travar uma batalha política" por uma solução temporária. "Nosso interesse não era votar desse jeito. O que defendi, nas últimas semanas, foi um programa permanente com fonte no projeto do Imposto de Renda que foi votado com muita dificuldade na Câmara, contrariando setores poderosíssimos que nunca pagaram **impostos**. Esse projeto está parado no Senado. Então, essas coisas contribuíram para essa pressão política em cima dessa PEC", disse Lira, em entrevista à GloboNews.

Moro chega a Brasília para tratar sobre 2022 e já vê impasse com o PSL

Julia Chaib

A uma semana de se filiar ao Podemos, o ex-juiz Sergio Moro desembarcou nesta quarta-feira (3) em Brasília para reuniões políticas, mas um dos principais compromissos dos quais participaria, um jantar com deputados do PSL, acabou cancelado devido a impasses no partido.

Cotado para a disputa ao Palácio do Planalto em 2022, Moro também usou as redes sociais para fazer críticas ao governo do ex-aliado Jair Bolsonaro: cobrou "responsabilidade fiscal" e condenou a proposta de drible no teto de gastos em meio às negociações da PEC dos precatórios e do Auxílio Brasil lançado pelo atual presidente.

A filiação de Moro ao Podemos está marcada para a próxima quarta-feira (10). O ex-magistrado viajou à capital federal acompanhado da presidente nacional da legenda, Renata Abreu (SP).

Além do jantar que teria com parte da bancada do PSL, ele se encontrou com parlamentares do Podemos. Também reuniu-se com o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que sempre foi apoiador do ex-juiz e se lançou como pré-candidato à Presidência da República.

Moro deixou o cargo de ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro em abril do ano passado, quando pediu demissão. Neste ano, sofreu uma dura derrota no STF (Supremo Tribunal Federal), que o considerou parcial em ações em que atuou contra o ex-presidente Lula (PT).

O encontro com deputados do PSL, sigla que se fundirá ao DEM para formar a União Brasil, seria resultado de movimentos feito pelo próprio Moro.

Antes mesmo de confirmar que entraria no Podemos, o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro fez contato com parlamentares do PSL para pedir apoio à sua empreitada política.

Moro não confirmou se disputará a Presidência da República ou uma vaga no Senado, mas a expectativa de siglas consideradas de centro e centro-direita é que o ex-magistrado busque brigar pelo Palácio do Planalto.

Após confirmar sua filiação ao Podemos, o ex-magistrado telefonou para o próprio presidente do PSL, Luciano Bivar, que também comandará a União Brasil, segundo o próprio dirigente. Os dois ficaram de agendar um encontro, mas uma data não foi marcada.

Deputados do partido, porém, se anteciparam e pré-agendaram um jantar nesta quarta (3), o que gerou mal-estar em parte da cúpula da União Brasil, que teme que o ato possa ser interpretado como um gesto de apoio à candidatura de Moro à Presidência da República.

"A gente ainda vai ter convenção. Não temos decisão de quem será nosso candidato. Como a gente vai jantar com esse ou aquele candidato? Não faz sentido eu almoçar com Moro ou Lula ou Bolsonaro porque pode dar a impressão de que um deles pode ser nosso candidato", disse Bivar.

"O Sergio Moro ligou pra mim dos Estados Unidos, de uma forma gentil, para nos encontrarmos, num futuro incerto marcar esse encontro", afirmou. "Mas ainda não tem encontro, é especulação de uma parte da imprensa. E ninguém do PSL vai para nenhum encontro porque seria um ato político", continuou o futuro presidente da União Brasil.

Segundo Bivar, o que pode ocorrer são encontros entre Moro e parlamentares do PSL "isoladamente".

Nos bastidores, a cúpula do PSL não descarta apoiar a candidatura de Moro à Presidência da República, mas só cogita este cenário caso o ex-magistrado se filie à União Brasil.

A avaliação compartilhada por integrantes da direção do futuro partido é que o Podemos não tem estrutura para colocar o ex-ministro competitivo na disputa pelo Planalto.

Isto é, a leitura de integrantes do PSL é que Moro não tem a força política que Bolsonaro tinha em 2018 para ter uma campanha sem tantos recursos partidários e fraca de alianças políticas.

Para se tornar competitivo, então, o ex-juiz precisaria buscar uma legenda que tenha fundo eleitoral robusto e bom tempo de televisão.

Apesar do diagnóstico, integrantes da União Brasil tratam com cautela a possibilidade de fazer um esforço para atrair Moro ao partido para se candidatar à Presidência porque querem aguardar cenários mais claros nas pesquisas eleitorais.

A intenção é observar a popularidade do ex-juiz e de outros nomes tratados como pré-candidatos pela legenda, como o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Além disso, Moro sofre resistências no DEM, partido que se juntará ao PSL, o que também poderia emperrar um eventual apoio da União Brasil ao ex-juiz.

Oficialmente, Bivar elogia a decisão de Moro de se filiar ao Podemos. "Acho que, no futuro, Moro vai avaliar o que será interessante para ele, se o ideal é ele se candidatar a esta ou àquela sigla. Mas acho que primeiro ele tem que se filiar a um partido político e se colocar", afirma o presidente do PSL.

Antes de chegar a Brasília, o ex-juiz telefonou para diversos deputados do partido, de todas as regiões. Embora ele não tenha anunciado a qual cargo ele deverá se candidatar no ano que vem, parlamentares do PSL veem com entusiasmo a chance de ele se candidatar à presidência da República.

"Quem está no espectro que quer buscar alternativas para o país não pode interdutar o diálogo com Moro, que é quem reúne as melhores condições para tirar o Bolsonaro do segundo turno", diz o deputado Júnior Bozella (SP).

Segundo aliados, Moro teve encontros isolados com parlamentares do PSL e de outras siglas.

Uma delas, na conversa que teve com o senador Alessandro Vieira, tratou do cenário político nacional e a necessidade de romper a polarização entre Lula e Bolsonaro.

"Temos um alinhamento em alguns questões, como o combate à corrupção. Ele vai ter de demonstrar conhecimento e opiniões sobre outros temas que o Brasil não conhece", disse Vieira.

Apesar de ser admirador de Moro, o senador diz que não há razão para retirar a própria pré-candidatura ao Planalto agora e diz que, se isso ocorrer, será no ano que vem, após a avaliação de quem seria uma alternativa mais competitiva ao atual e ao ex-presidente da República.

Nas conversas que teve em Brasília, Moro não afirmou se disputará mesmo o Planalto, embora tenha indicado essa intenção.

Nesta quarta, enquanto líderes na Câmara discutiam a PEC dos precatórios para abrir espaço fiscal para o novo programa social do governo Bolsonaro, Moro foi às redes sociais para criticar o drible no teto de gastos -regra que limita o aumento das despesas do governo.

"Aumentar o Auxílio Brasil e o Bolsa Família é ótimo. Furar o teto de gastos, aumentar os juros e a **inflação**, dar calote em professores, tudo isso é péssimo. É preciso ter responsabilidade fiscal", escreveu o ex-juiz da Lava Jato.

Mais cedo, ao desembarcar ba capital federal, Moro se deparou com um ato contra a PEC da reforma administrativa do governo e foi hostilizado por manifestantes. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram quando ele foi chamado de "lixo" e "vendido". O grupo, que estava no aeroporto para receber parlamentares com o protesto e distribuía suco de laranja, também entregou uma garrafinha ao ex-juiz, que recusou.

A dificuldade de Moro de ter um diálogo fluido com o PSL é apenas um dos entraves que ele deverá enfrentar se decidir mesmo disputar um cargo eletivo no ano que vem.

Isso porque Moro é rejeitado pela oposição a Bolsonaro, principalmente entre a esquerda, e por políticos considerados tradicionais, que viram na atuação de Moro na Lava Jato oportunismo político e o tratam como inconfiável.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49719

PEC deve ser considerada inconstitucional, mas decisão pode levar anos

Eduardo Cucolo

A Comissão de Precatórios da OAB Nacional afirma que a PEC dos Precatórios, também conhecida como PEC do Calote, ataca duas cláusulas pétreas da Constituição -separação dos Poderes e direitos e garantias individuais- e possui mais de 30 violações constitucionais.

Dada a jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal), a entidade prevê que a regra será derrubada no Judiciário. Isso, no entanto, pode demorar até cinco anos para acontecer, considerando também o histórico de julgamentos anteriores sobre o tema.

Com isso, o problema ficaria para outro governo, mesmo no caso de uma reeleição de Jair Bolsonaro.

A proposta apresentada pelo governo e que já foi aprovada por uma comissão especial da Câmara acaba com o pagamento regular dessas dívidas judiciais. Nesta quarta-feira (3), haverá uma nova tentativa de votar o texto no plenário da Casa.

Nas contas da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, a fila de pagamentos deve ficar entre R$ 200 bilhões e R$ 250 bilhões até 2026. Ou seja, seriam necessários pelo menos quatro anos para pagar os precatórios postergados apenas de 2022.

No pior cenário, as requisições de pequeno valor passariam a ocupar todo o espaço no teto a partir de 2028, adiando e pagamento de todos os precatórios indefinidamente, com uma dívida que pode chegar a R$ 1,5 trilhão ao final de 2036, quando será extinto o teto de gasto.

A Comissão de Precatórios da OAB Nacional afirma que precatórios não devem estar sujeitos a qualquer limitação do teto de gastos, pois não se trata de uma despesa, mas de uma dívida judicial. Se a dívida mobiliária [títulos públicos] é paga fora do teto, dívida judicial também tem de ser, afirma o presidente da Comissão, Eduardo Gouvêa.

"Não precisa de emenda constitucional para dizer que precatório é dívida e dívida não se submete ao teto de gastos. O teto pode incidir sobre gastos do Judiciário. Agora, em decisão judicial, você não pode impor limite."

O presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional diz esperar que o Congresso não aprove a PEC, mas, se ela passar na Câmara, voltará a trabalhar para que seja modificada no Senado, onde o texto também enfrenta resistências.

Gouvêa afirma que é possível criar alternativas para o recebimento dessas dívidas, mas que isso deve ser uma alternativa para o credor, sem que ele seja punido com a espera indefinida pelos recursos caso opte por esperar pelo dinheiro.

Ele lembra que 80% desses precatórios são de caráter alimentar, normalmente de aposentados e pensionistas que brigam há décadas na Justiça e estão agora sendo punidos novamente.

"Precatório não é problema de finanças públicas, é problema de vontade política", afirma Gouvêa. "Temos de encontrar uma solução para o Auxílio Brasil, mas há muitas outras coisas [por trás da mudança], fundo partidário, emendas de relator. Está passando a boiada junto."

Pela proposta, haverá um limite para o pagamento de precatórios com base no gasto de 2016 (ano de criação do teto de gastos) corrigido pela **inflação**, o que reduz o valor do próximo ano de R$ 89 bilhões para cerca de R$ 45 bilhões.

As dívidas não pagas entram em uma fila, sem prazo para que o dinheiro seja recebido. Quem quiser receber no ano seguinte, precisa abrir mão de 40% do valor, deságio abaixo do valor de mercado e criado de forma arbitrária pelo Executivo e Legislativo.

O argumento do governo é que a mudança é necessária para viabilizar o programa social que vai substituir o Bolsa Família, mas a mudança, combinada com a alteração no índice de correção do teto de gastos, vai permitir o aumento de outras despesas no ano eleitoral.

Outra proposta, que seria retirar todos os precatórios do teto de gastos e manter o pagamento, foi rejeitada pelo governo e por parlamentares.

A IFI (Instituição Fiscal Independente) calcula ser possível pagar integralmente os precatórios de 2022 e

ainda elevar o orçamento Auxílio Brasil de R$ 34,7 bilhões para R$ 46 bilho es sem romper o teto de gastos.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49719

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A18. Qui, 4 de Novembro de 2021
ECONOMIA

Ata mostra que comitê do BC avaliou subir Selic acima de 1,5 ponto percentual

Marcela Ayres

O Banco Central avaliou acelerar a alta da Selic para além do ajuste de 1,5 ponto percentual que adotou, mostrou a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta quarta-feira (3), mas chegou à conclusão que com o ritmo adotado, mas considerando uma taxa terminal distinta, é possível levar a **inflação** à meta em 2022.

De acordo com o BC, o objetivo é viável a despeito da deterioração da perspectiva para as contas públicas, o que ocorreu após o governo indicar a disposição de driblar a regra do teto de gastos -considerada a única âncora fiscal crível do país- para distribuir um benefício de no mínimo 400 reais no âmbito do novo Bolsa Família, batizado de Auxílio Brasil.

"O comitê avaliou, inclusive, cenários com ritmos de ajuste maiores do que 1,50 ponto percentual", trouxe a ata.

"Prevaleceu, no entanto, a visão de que trajetórias de aperto da política monetária com passos de 1,50 ponto percentual, considerando taxas terminais diferentes, são consistentes, neste momento, com a convergência da **inflação** para a meta em 2022, mesmo considerando a atual assimetria no balanço de riscos."

Sobre a questão fiscal, o BC afirmou que os desenvolvimentos nesse front implicam elevação do risco altista para as projeções de **inflação** no seu cenário básico, sendo que esse viés é agora maior do que o anteriormente considerado.

"Como consequência, o Comitê concluiu que o grau apropriado de aperto monetário é significativamente mais contracionista do que o utilizado no cenário básico", complementou o BC, reiterando disposição de ir mais fundo no processo de colocar a Selic em patamar que desaquece a economia para conseguir debelar a **inflação**.

Na ata, o BC ressaltou que desde o último encontro do Copom, houve alta "substancial" dos preços internacionais de commodities energéticas, com impacto inflacionário amplificado pela depreciação do real.

Segundo o BC, esta combinação foi "o fator preponderante para a elevação das projeções de **inflação** do comitê tanto para 2021 quanto para 2022".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49719

Anatel prevê maior disputa por licenças do 4G no leilão do 5G

Julio Wiziack

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) realiza, nesta quinta-feira (4), o leilão do 5G. Será o maior certame já realizado no mundo em quantidade de frequências (3,7 gigahertz).

Apesar de marcar a chegada da tecnologia de quinta geração, a maior disputa deve ocorrer nas frequências de 4G, serviço que não chegou a todas as localidades do país. Quinze grupos foram habilitados pela agência.

Frequências são avenidas no ar por onde as operadoras fazem trafegar sinais. Fora dessas faixas ocorrem interferências.

Ao todo serão 3,71 GHz (gigahertz) a serem leiloados em quatro faixas de frequências -700 MHz (megahertz), 2,3 GHz (gigahertz), 3,5 GHz e 26 GHz.

Todos os blocos estão avaliados em R$ 49 bilhões, mas os vencedores, em vez de desembolsar essa quantia, serão obrigados a fazer investimentos para, por exemplo, levar o 4G a todo o país.

Esses investimentos somados chegam a R$ 40 bilhões. Ou seja, na prática, a União deverá receber cerca de R$ 9 bilhões no leilão que, por isso, vem sendo chamado de não arrecadatório.

Todos os 15 interessados apresentaram propostas na semana passada e entregaram as garantias necessárias para que fossem habilitados a dar lances durante o certame.

Os envelopes serão abertos nesta quinta pela comissão de licitação da agência.

A expectativa é que as grandes operadoras (com cobertura nacional) fiquem com as frequências de 3,5 GHz, o chamado "filé mignon" do 5G, faixa que permitirá velocidades até cem vezes mais rápidas que as do 4G.

Os 12 grupos regionais pretendem disputar as frequências que permitem maior cobertura, especialmente a de 700 MHz.

Nesse grupo estão fundos de investimento, como o Pátria (Winity II Telecom), empresas e provedores regionais de internet como Highline (NK108 Empreendimentos e Participações) e Brisanet em cidades menores, principalmente no Nordeste.

A participação da Highline só foi possível graças a uma mudança nas regras do edital, permitindo que a empresa possa começar a operar 5G em cidades menores.

A agência abriu uma exceção para os blocos de cobertura regional. Nos blocos de cobertura nacional, continua valendo a regra de instalação das redes 5G a partir de cidades mais populosas.

O consórcio de pequenos provedores associados na Iniciativa 5G (Mega Net Provedor de Internet e Comércio de Informática) disse que pretende adquirir frequências de 3,5 GHz.

Os sócios afirmam ter investidores capazes de aportar mais de R$ 19 bilhões em redes de quinta geração. Ainda não se sabe quem são esses investidores.

A Datora Telecomunicações, especializada em internet das coisas e comunicação entre máquinas (M2M), se habilitou para o leilão por meio da empresa VDF Tecnologia da Informação.

Os demais participantes são Sercomtel, Algar Telecom, Consórcio 5G Brasil, Brasil Digital Telecomunicações, Cloud2U, On Telecom (Neko Serviços) e Fly Link.

O 5G deve abrir caminho para aplicações sofisticadas como telemedicina e carros guiados a distância, dentre outras funcionalidades.

Estima-se que essa nova frente trará novas formas de trabalho e de geração de riqueza, ampliando ainda a produtividade das empresas e dos trabalhadores.

A consultoria Omdia, especializada em telecomunicações, calculou que o **PIB** do Brasil deverá crescer R$ 6,5 trilhões com a implementação do 5G, desde que todas as funcionalidades sejam oferecidas aos consumidores.

O volume de dados que trafegarão pelas novas redes será muito grande e sensível. Por esse motivo, o governo brasileiro, aliado com o então presidente dos

EUA Donald Trump, cogitou impor restrições à participação da chinesa Huawei no fornecimento de equipamentos para as redes 5G no Brasil.

Essa ameaça causou forte reação das operadoras que, no Brasil, têm redes equipadas em grande maioria pela Huawei.

Se os chineses fossem banidos, como ocorreu em outros países, seria preciso trocar os equipamentos já instalados de 4G e 3G porque eles não conversariam com os aparelhos 5G de outros fabricantes.

O possível banimento da Huawei levou o Congresso a criar uma comissão especial. Havia a preocupação de dano à população com um atraso na implementação do 5G de até três anos e o encarecimento da telefonia gerada pela troca de todo o parque de equipamentos.

Para evitar que isso ocorresse, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, propôs a construção de uma rede privativa para a administração federal.

Para agradar a ala ideológica militar, foi considerado investimento obrigatório pelos vencedores do leilão a conexão de toda a Amazônia.

Houve forte reação a esses dois compromissos obrigatórios de investimento por parte das operadoras e dos técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União). Eles avaliaram que ambos os projetos feriam o interesse público, mas foram voto vencido.

O plenário de ministros da corte de contas aprovou o edital em agosto -e não em julho, como tinham prometido ao ministro Faria- com diversas alterações relevantes.

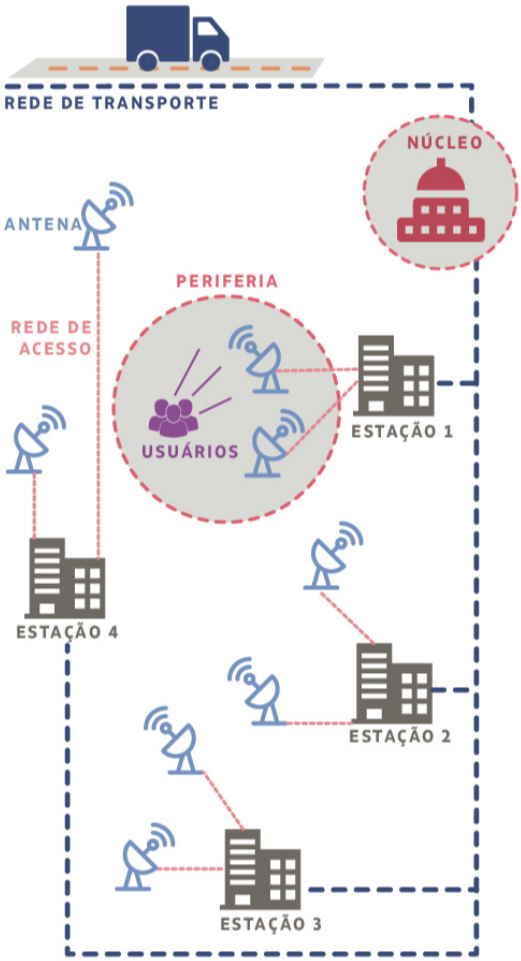
O processo foi então devolvido para a Anatel. Duas alterações levaram o conselheiro da Anatel Moisés Moreira a pedir vista por uma semana.

Para ele, era preciso que o governo entregasse o projeto completo da rede privativa para a administração federal e o programa de conexão da Amazônia (Pais). Ambos foram mantidos como compromissos obrigatórios de investimento no edital aprovado pelo conselho da agência.

Todo esse atraso levou Faria a anunciar a postergação da data do leilão por duas vezes, sofrendo desgaste político no Congresso.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49719

A arquitetura da rede 5G



Rede de transporte
São os cabos (fibras ópticas) de alta capacidade de tráfego de dados que acompanham o trajeto das estradas sob o solo, em geral, até chegarem a uma central na sede de cada município. Essas redes são interligadas entre si, permitindo que, a partir de um local, a operadora possa ter acesso à funcionalidade de toda sua rede em território nacional

Central
É um prédio protegido que abriga todos os equipamentos mais sensíveis de conexão no município. Cidades muito grandes costumam ter mais de uma central. É o chamado núcleo da rede. Ali ficam computadores, comutadores, roteadores e demais equipamentos que fazem as conexões

Estação
Prédios menores ligados às centrais por fibras ópticas que ficam espalhados pelos bairros de determinado município. Essa estrutura (dotada de equipamentos similares aos da central mas de menor porte) se conecta às antenas de celular, uma estrutura conhecida no setor como rede de acesso ou periferia

Antena
No topo de cada antena, as operadoras instalam os equipamentos que recebem e emitem os sinais de telefonia de todas as tecnologias (2G, 3G e 4G)

Usuários
Sempre que se desloca pela cidade com seu aparelho, o cliente vai sendo transferido de uma antena para outra. A troca de sinal entre seu aparelho e a antena não pode cair durante a transição

Fontes: empresas, Anatel e Ministério das Comunicações

Precatórios, um falso problema (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

O expressivo aumento dos gastos com precatórios federais previstos para 2022 só pode ter causado surpresa nos que se descuidaram de acompanhar sua constituição em exercícios passados.

Serviu, contudo, como argumento para a pretensão de furar o teto de gastos, sob a alegação de que não haveria como promover aumento de transferências de renda aos vulneráveis.

Entendo que o teto de gastos, instituído por emenda constitucional, afora suas impropriedades formais, não foi uma solução tecnicamente primorosa, mesmo porque não enfrenta as causas de injustificadas expansões da despesa pública. Foi, entretanto, o pacto fiscal possível, enquanto se aguarda uma indispensável reforma do Estado.

Violar este pacto, salvo em situações excepcionais, pode ter severos impactos na formação de expectativas e, por consequência, sobre a **inflação** e os juros.

Em 2021, os problemas sociais decorrentes da pandemia, por ser inequívoca situação de calamidade pública, justificaram plenamente a violação do teto de gastos.

Agora, já não se pode dizer o mesmo.

Os precatórios, previstos para 2022, já constam da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional.

Logo, eles são pagáveis, mormente quando se considera o bom desempenho das receitas federais. Não é esse o problema, mas pode ser a solução para as transferências de renda.

Em princípio, esse objetivo poderia ser alcançado mediante corte ou realocação de despesas, como as chamadas "emendas parlamentares" - expressiva evidência da anarquia orçamentária vigente.

Essa hipótese, ainda que razoável, nas circunstâncias atuais é, entretanto, politicamente inviável.

Há, felizmente, outras formas de contingenciar despesas, mirando justamente os precatórios.

Precatórios e créditos inscritos em dívida ativa têm a mesma presunção de certeza e liquidez. Portanto, precatórios próprios ou adquiridos de terceiros, vencidos ou com liquidação prevista para o exercício seguinte, poderiam, em caráter permanente, ser compensados com qualquer crédito inscrito em dívida ativa ou ser utilizados para quitação de parcelamentos concedidos, pagamentos em outorgas de serviços públicos ou na alienação de imóveis da União, aquisição de participações societárias em processos de privatização e, por fim, como moeda na resolução, mediante transação, de vultosos litígios tributários, a começar pela controversa dedutibilidade do ágio.

A boa notícia é que tudo isso pode ser feito por lei ordinária, sem furar o teto nem postergar o pagamento de precatórios.

Há outras formas de contingenciar despesas, por meio de lei ordinária, sem furar o teto

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Com fila de 1,8 mi de pedidos, INSS prevê normalização em janeiro

Economia

Ana Vinhas, do R7

A fila para aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) registrou 1,8 milhão de requerimentos em agosto. O estoque alto dos benefícios previdenciários e assistenciais se mantém desde 2019, chegando a variar neste ano de 1,7 milhão em janeiro a 1,9 milhão em maio.

O volume inclui tanto os processos que estão até 45 dias como os acima disso. Do total atualmente na fila, 420.996 requerimentos estão em exigência, ou seja, aguardando alguma documentação do segurado para que o **INSS** possa concluir a análise, segundo a assessoria de imprensa do órgão. Os outros 1.407.561 pedidos são os que necessitam de análise do instituto.

O tempo de espera superou 100 dias neste ano. O **INSS** tem analisado em média 800 mil benefícios por mês. Além disso, também há registro de fila de requerimentos aguardando perícia médica de 335.262 segurados.

O presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, afirmou recentemente que a instituição está trabalhando para diminuir os prazos de atendimento aos beneficiários e que as concessões devem ser normalizadas a partir de janeiro. Segundo ele, a demora se deve ao fato de as agências terem ficado fechadas por seis meses e estarem funcionando de maneira mais restrita devido às determinações sanitárias da Covid-19.

"Acreditamos que em breve teremos um prazo adequado. Inclusive, assumimos um compromisso perante o Supremo Tribunal Federal, em um acordo que foi feito com o Ministério Público Federal e com a Defensoria Pública da União, de um prazo de 90 dias para a concessão do [BPC] tanto da pessoa com deficiência quanto da pessoa idosa. Esse prazo começa a contar a partir de janeiro do ano que vem", disse Rolim, em audiência em comissão da Câmara em outubro.

Ele se refere a acordo firmado com o Ministério Público Federal e Defensoria Pública, homologado pelo Supremo Tribunal Federal , para fixar prazos na tentativa de diminuir a fila de espera por benefícios. O período para análise tem limites de 30 a 90 dias, de acordo com o tipo de benefício ou auxílio solicitado.

O **INSS** também destaca a informatização dos processos, com o uso de reconhecimento facial para a prova de vida e o recebimento de atestados digitais para a realização de perícias. Além disso, o instituto cita medidas como o projeto-piloto em que os segurados podem solicitar pensão por morte ou auxílio-maternidade diretamente nos cartórios, ao emitir certidões de óbito ou nascimento.

"Estamos avançando muito no quesito de agilizar com responsabilidade todas as questões que tratam do direito do segurado. O **INSS** vem implantando diversas medidas para acelerar a análise de benefícios, como investimento em automação para análise, além de deslocar servidores de outras áreas para a análise de benefícios, o que aumentou em 22% nossa capacidade de produção, além de investir constantemente na capacitação de seus servidores", afirma o instituto em nota.

A reforma da Previdência, que compelta dois anos neste mês, e a pandemia de Covid-19 impactaram no aumento de pedidos e na demora das análises, avalia o advogado Ruslan Stuchi, especialista em direito previdenciário e sócio do Stuchi Advogados.

"Certamente está tendo um atraso nas análises de pedidos e requerimentos junto ao **INSS**. Essa demora está vindo de uma demanda crescente dos últimos anos e vamos torcer para que essa previsão de normalização em janeiro seja concretizada", afirma Stuchi.

Segundo ele, houve uma alta da demanda tendo em vista a reforma da Previdência. "Com isso, muitos trabalhadores começaram a analisar e fazer pedidos no **INSS** junto aos requerimentos administrativos."

Definidos em acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal

- Salário-maternidade: 30 dias

- Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias

- Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho: 45 dias

- Pensão por morte: 60 dias

- Auxílio-reclusão: 60 dias

- Auxílio-acidente: 60 dias

- Benefício assistencial à pessoa com deficiência: 90 dias

- Benefício assistencial ao idoso: 90 dias

- Aposentadorias, salvo por invalidez: 90 dias

Pelo acordo, os prazos para o cumprimento de decisões judiciais são os seguintes (considerados a partir da intimação do **INSS**):

- Benefícios por incapacidade: 25 dias

- Benefícios assistenciais: 25 dias

Site: http://noticias.r7.com/economia/com-fila-de-18-mi-de-pedidos-inss-preve-normalizacao-em-janeiro-04112021

Pressão com calendário

JULIA LIDNDER E EDUARDO GONÇALVES
politica@og1obo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Relator vai propor apenas a correção da tabela do IR

Fernanda Trisotto

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Home office e tributação previdenciária - OPINIÃO JURÍDICA

Carlos H. de Oliveira e HenriqueW.de Lima Dias

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Energia mais cara encolhe o PIB

O aumento no preço da conta de luz deverá resultar em queda de R$ 8,2 bilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país este ano. E, para 2022, a perda é estimada em R$ 14,2 bilhões. As informações constam no estudo "Impacto econômico do aumento no preço da energia elétrica", divulgado, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade prevê redução de R$ 7 bilhões no consumo das famílias por conta da carestia no custo da energia neste ano. Nas exportações, as perdas são equivalentes a R$ 2,9 bilhões. O estudo também estima que haverá perda de 166 mil empregos, o que significa queda de 19% em relação aos postos ocupados entre abril e junho de 2021.Em 2022, conforme dados da CNI, outros 290 mil postos de trabalho serão fechados, na comparação a abril e junho de 2021. O consumo das famílias deverá encolher R$ 12,1 bilhões devido ao aumento de 0,41% dos preços. Em relação às exportações, haverá perda de R$ 5,2 bilhões.

O estudo aponta ainda que o **PIB** Industrial (das indústrias extrativa e de transformação, de serviços industriais de utilidade pública e da construção) deve encolher R$ 2,2 bilhões, devido ao aumento no custo da energia elétrica no ano que vem. Neste ano, a previsão é de queda de R$ 1,2 bilhão.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, lembrou que a crise é provocada pelo baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, o que limita a geração de energia mais barata obrigando, assim, o uso das termelétricas, que são mais caras. Além disso, ele destacou que a elevada tarifa da energia é outro fator que pesa, porque contém cerca de 16 encargos, **impostos** e taxas setoriais incorporados à fatura de luz. Conforme dados da entidade, isso representa 47% da tarifa de energia elétrica.

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), reproduzidos pela CNI, os **tributos** representam a maior fatia da composição tarifária de energia elétrica para o mercado cativo (residências e pequenas empresas): 30,7%. Logo atrás está o custo de energia (27,9%) e o custo de distribuição (21,2%).

Crise hídrica

Os reservatórios das hidrelétricas da região Sudeste/Centro-Oeste representam cerca de 70% da capacidade de armazenamento do Brasil e, entre setembro de 2020 e abril de 2021, as bacias alcançaram apenas 34,69% da capacidade. O índice é apontado como o de pior afluência hídrica dos últimos 91 anos. Em decorrência dessa escassez hídrica, o país assiste a sucessivos reajustes nas bandeiras tarifárias.

Atualmente, por conta da criação de uma nova bandeira de escassez hídrica, o valor extra na conta passou para R$ 14,20 por 100 kWh usados. Assim, o aumento percentual do preço da bandeira tarifária acumula alta de 127,5% neste ano.

Guilherme Marques, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) explicou que a matriz hidrelétrica, apesar de apontada como uma das mais econômicas, não é a única. "Existem outras. Estudos recentes mostram que a energia eólica, por exemplo, está ficando mais barata. A energia produzida a partir da biomassa também", disse. ~

Efeitos

Impacto econômico da conta de luz Variação em % Indicador 2021 2022PIB -0,11 -0,19Emprego -0,19 -0,33Consumo das famílias -0,15 -0,26Inflação às famílias 0,16 -0,46Eportações -0,23 -0,41Importações - 0,11 -0,16Fonte: CNI

Efeitos

Impacto econômico da conta de luz

Variação em %

Indicador	2021	2022
PIB	-0,11	-0,19
Emprego	-0,19	-0,33
Consumo das famílias	-0,15	-0,26
Inflação às famílias	0,16	-0,46
Eportações	-0,23	-0,41
Importações	- 0,11	-0,16

Fonte: CNI

BC sinaliza juro acima de 10%

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada, ontem pelo Banco Central, mostrou uma estratégia arriscada do BC, na avaliação de analistas. Na semana passada, o Copom elevou a taxa básica da economia (Selic) de 6,25% para 7,75% ao ano devido à alta nas projeções para a **inflação** deste ano e dos próximos dois anos e às dúvidas em relação ao futuro das medidas de ajuste fiscal. Desse modo, conforme o **comunicado** da autoridade monetária, a Selic continuará subindo em 2022. Ficará em dois dígitos, principalmente, no segundo semestre do próximo ano, em meio às eleições presidenciais.

De acordo com analistas do mercado financeiro, o "populismo fiscal" do governo Jair Bolsonaro (sem partido), tem ajudado a piorar as perspectivas para 2022, ano em que se prevê acirrada disputa entre os candidatos e com tensões entre a equipe econômica e a ala política para elevação desenfreada de despesas e sérias consequências para o retorno da atividade e do crescimento econômico.

O economista César Bergo, sócio-consultor da OpenInvest, avaliou que a afirmação da autoridade monetária mostrou grande correlação com o que se observa, na prática, com os pilares da economia: descontrole inflacionário; descontrole cambial; e desequilíbrio fiscal. Dessa forma, segundo ele, para conter as constantes instabilidades, o Copom elegeu a forte elevação da Selic como antídoto para as questões do descontrole monetário. "Estratégia muito arriscada", considerou. "Juros altos podem causar enormes limitações ao crescimento do país, pois encarece financiamentos e empréstimos e provocam o descontrole das dívidas das empresas e das famílias", acrescentou. Bergo lembrou que há, também, outro efeito nefasto da alta acelerada da Selic: o aumento nos custos de endividamento do governo, que se vê obrigado a pagar juros cada vez maiores. Ele prevê que a Selic encerrará dezembro em 9,5% ao ano, passando para 7,5% no fim de 2022, devido ao "arrefecimento da **inflação** que deve chegar a 6% no fim de 2022".

Deterioração

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, lembrou que o que se observa, a cada semana, é uma deterioração das expectativas para o crescimento econômico, em 2022. "Em termos de **inflação**, as expectativas também têm se deteriorado um pouco, porém, ainda por enquanto, estão dentro do limite máximo, para o ano que vem, embora com risco de extrapolar o teto. Por isso, o BC tem aumentado o ritmo de alta dos juros". E esse ritmo deve continuar até fevereiro de 2022, para uma Selic de 10,25% ao ano, segundo ele.

Agostini salientou que a grande preocupação de agentes econômicos, consumidores, investidores e setor empresarial é a drástica queda do poder compra. "Por outro lado, tem o governo flertando com o populismo fiscal, com essa história de querer dobrar o valor do Auxílio Brasil (para R$ 400 mensais), sem a contrapartida de recursos. Então, isso tende a desarrumar toda a expectativa macroeconômica. As eleições, nesse cenário, nada mais são que um calendário, porque o efeito econômico está acontecendo agora", reforçou.

André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, assinalou que a ata do Copom não trouxe muitas novidades em relação ao **comunicado** da semana passada. Ele destacou que o Comitê avaliou cenários com ritmos de ajuste maiores do que 1,50 ponto percentual. "Prevaleceu, no entanto, a visão de que trajetórias de aperto da política monetária com passos de 1,50 ponto percentual, considerando taxas terminais diferentes, são consistentes, neste momento, com a convergência da **inflação** para a meta em 2022, mesmo considerando a atual assimetria no balanço de riscos". Para ele, "a questão na mesa não é a velocidade do ajuste, mas a magnitude total". "Mantemos nossa projeção de Selic em 11,5% ao fim do ciclo", afirmou.

Bolsa anda de lado e dólar cai

Após o feriado de Finados, e do **comunicado** do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos), anunciando o cronograma de corte de estímulos monetários, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou com leve alta, de 0,06%, a 105.616 pontos. Já o dólar, fechou em queda de 1,42%, a R$ 5,58, ainda sem saber o resultado da votação, na Câmara, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios - que propõe o calote no pagamento de dívidas judiciais e acaba com o teto de gastos.

Fed fará corte US$ 15 bi O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), manteve a decisão sobre os juros de referência dos títulos públicos, atualmente entre 0 e 0,25% ao ano, mas anunciou o início do esperado tapering - redução dos estímulos na economia -, cortando US$ 15 bilhões dentro das próximas semanas, conforme o **comunicado** da reunião do Federal Open Market Committee (Fomc, o Copom norte-americano), divulgado ontem.

A autoridade monetária mostrou maior preocupação com a **inflação**, que está se mantendo elevada, acima do dobro da meta, de 2% ao ano. Com isso, sinalizou a redução da compra de ativos, atualmente de US$ 120 bilhões mensais, e fez ressalva de que poderá ampliar o ritmo.

O tapering começa no fim deste mês de novembro, com redução da compra de US$ 10 bilhões em títulos do governo norte-americano (Treasuries) e US$ 5 bilhões em bônus atrelados a hipotecas. O corte dos estímulos começa em novembro, sendo acelerado em dezembro.

Para o economista autônomo, Hugo Passos, essa mudança na política monetária do Fed impactar o valor das moedas dos países emergentes, como o Brasil. "Vale lembrar que uma preocupação por parte dos bancos centrais é a estagflação, **inflação** alta acompanhada de baixo crescimento e alta taxa de desemprego", comentou.

Fed fará corte US$ 15 bi

FERNANDA STRICKLAND

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), manteve a decisão sobre os juros de referência dos títulos públicos, atualmente entre 0 e 0,25% ao ano, mas anunciou o início do esperado ta-pering - redução dos estímulos na economia-, cortando US$ 15 bilhões dentro das próximas semanas, conforme o **comunicado** da reunião do Federal Open Market Committee (Fomc, o Copom norte-americano), divulgado ontem.

A autoridade monetária mostrou maior preocupação com a **inflação**, que está se mantendo elevada, acima do dobro da meta, de 2% ao ano. Com isso, sinalizou a redução da compra de ativos, atualmente de US$ 120 bilhões mensais, e fez ressalva de que poderá ampliar o ritmo. O tapering começa no fim deste mês de novembro, comredução da compra deUS$ 10 bilhões em títulos do governo norte-americano (Treasuries) e US$ 5 bilhões em bônus atrelados ahipo-tecas. O corte dos estímulos começa em novembro, sendo acelerado em dezembro.

Para o economista autônomo, Hugo Passos, essa mudança na política monetária do Fed impac-tar o valor das moedas dos países emergentes, como o Brasil. "Vale lembrar que uma preocupação por parte dos bancos centrais é a estagflação, **inflação** alta acompanhada de baixo crescimento e alta taxa de desemprego", comentou.

Govemistas fazem concessão a governadores na PEC dos Precatórios

Raphael Di Cunto, Fabio Graner e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Expectativa com precatórios traz alívio a mercado

Matheus Prado, Felipe Saturnino, Victor Rezende e Marcelo Osakabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Ata adota tom mais duro e reforça viés altista em projeções para a taxa

Victor Rezende e Felipe Saturnino

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187053?page=1&section=1